



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
BARÃO - RS**

ATA NÚMERO UM MIL E DOIS

Aos dezesseis dias do mês de setembro de 2024, às dezoito horas, reuniram-se em Sessão Ordinária, na Câmara Municipal de Vereadores, sita a Rua da Estação, mil e trinta e três, sala cento e dois, os seguintes Vereadores: o Presidente Mário César Ajala, o Vice Presidente Claudir Antônio Ludwig, a Segunda Secretária Jucelaine Poersch e os vereadores: Ademar Gauger, Bernardino Scuttá, Luciano Ricardo Sandrin, Pedro Gilson Jahn e Laudir Abel. A secretária leu um trecho da bíblia. A ata da Sessão anterior foi encaminhada para os vereadores para leitura, a qual foi aprovada por unanimidade. Foi lida a ementa do projeto que deu entrada na Casa: Projeto de Lei 2899 que Suplementa Verba Orçamentária por Superávit Financeiro no valor de R\$ 8.632,68. Foram lidas as Indicações apresentadas pelo Vereador Pedro Gilson: Indicação 14 – Monitoramento e Cercamento digital de todas as escolas e Indicação 15 – Norma que define quais cargos podem ser terceirizados. Foi lido também ofício que encaminhava a prestação de contas mensal do Hospital São José. Passando a análise dos projetos, o Presidente colocou em pauta o projeto de Lei 2894 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2025. Como o projeto é bastante extenso, o mesmo será encaminhado aos vereadores para leitura e posterior análise. Foi lido o parecer de admissibilidade. O Presidente informa que o projeto será analisado em Audiência Pública a ser realizada no dia 07 de outubro de 2024, às 17 horas na Câmara de Vereadores. Em seguida foi lido projeto de Lei 2897 que suplementa Verba Orçamentária por Superávit Financeiro no valor de R\$ 156.294,53. O parecer da Comissão é favorável e o projeto foi colocado em discussão. Não havendo maiores considerações por parte dos vereadores, o projeto foi aprovado por unanimidade. O Presidente colocou em discussão o requerimento verbal de instauração de comissão especial para acompanhar os casos de maus tratos registrados nas escolas municipais. Bernardino diz que independente dos outros poderes, o Legislativo também precisa fazer a sua parte quanto o assunto. Questiona até que ponto uma CPI seria viável no momento, entende que o mais interessante seria sim uma CPI. Por outro lado, questiona qual seria o acesso que uma comissão de acompanhamento teria nas outras esferas. Mário diz entender que no Executivo a Comissão teria total acesso, já no judiciário não saberia informar, uma vez que o processo poderia correr sob sigilo de justiça. Bernardino diz que possivelmente na esfera do judiciário o Legislativo não teria acesso, com a CPI a Câmara teria poder de inquirir todas as pessoas. Claudir diz que a câmara deve fazer o que pode, perante o que permite a Lei. Se coloca a disposição para participar. Luciano sugere a instauração de uma CPI, mas independentemente de qual procedimento seja adotado, que seja resolvida a questão o mais breve possível. Bernardino lembra da CPI realizada referente a Creche de Linha Francesa. Diz que os vereadores não tem o poder de condenar, a função é apontar o que aconteceu e sugerir caminhos. Questiona o que é mais importante para a comunidade escolar e para Barão. Diz que na sua opinião o melhor seria uma CPI, o que lhe preocupa é o tempo. Iria além do caso acontecido, enaltece a presença e a coragem da mãe presente na Sessão. Comenta também sobre as inúmeras vezes que falou sobre a importância de contratar professores por concurso público, destacando a importância da educação. Mário entende que uma comissão de acompanhamento faria um trabalho importante, uma vez que a CPI faria o mesmo trabalho que está sendo feito pelo Executivo e pelo judiciário. Laudir questiona o que de fato está sendo discutido. O Presidente diz que a princípio está se discutindo a possibilidade de instauração de uma comissão de acompanhamento. Claudir fala sobre sua preocupação com a educação e sobre suas propostas de melhoria na questão do monitoramento nas escolas, dizendo que sempre defendeu a educação com atitudes, sempre tentou fazer sua parte e é preciso somar continuamente. É preciso se colocar no lugar de todos. Se coloca a disposição para fazer parte da comissão, foi procurado por professores e salienta que o que tem que ser feito está sendo feito e é preciso acompanhar de perto essas questões. É preciso cuidar para que algumas questões não se repitam. Jucelaine diz que concorda



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES BARÃO - RS

com a CPI por ser uma situação bem grave, diz que a Administração está aqui para trabalhar e é preciso de alguma forma evitar que as coisas aconteçam novamente. É preciso fazer o papel de Legisladores ativos no município. Laudir apresenta o Decreto 1320 de 20 de agosto de 2018 que regulamenta o sistema de monitoramento interno das escolas. Gostaria que todos lessem. Pedro Gilson comenta que em 2018 já apresentou indicação para colocação de monitoramento nas escolas. Comentou também sobre sua emenda impositiva para este fim. Destaca a importância do monitoramento para todos. Sobre a discussão, diz que não existe nenhum pedido formal. Se algum vereador quiser apresentar o requerimento, aí será possível dar andamento a discussão. Comenta que as oitavas acontecem essa semana no Executivo Municipal, se for feita uma comissão de acompanhamento está na hora de ser feita. Bernardino apresenta o pedido de uma CPI. Luciano lembra que no ano 2015 foi feito um abaixo assinado entre os pais para colocação de câmeras nas escolas. Luciano concorda com o pedido de CPI e espera que seja resolvido o mais rápido possível. Mário diz que está parecendo que os vereadores do progressistas estão contra a averiguação dos fatos, que seja feita uma CPI. Laudir espera que a Casa politize o mínimo possível o caso, uma vez que quanto mais politizado mais se expõe as pessoas. Jucelaine endossa o pedido da CPI. Pedro Gilson diz que para a Comissão de Acompanhamento também não tem pedido oficial. Mário diz que seria interessante fazer uma ou outra. Claudir diz que acompanhar é a função dos vereadores. Houve uma ampla discussão sobre o que cada comissão teria como função. Bernardino então apresenta o pedido de instauração de Comissão de Acompanhamento, Luciano e Jucelaine apresentam o requerimento da CPI. Pedro Gilson diz que participa da Comissão de Acompanhamento. Laudir endossa o pedido da Comissão de Acompanhamento. Foi lido então o requerimento 7 que a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar os fatos de supostos maus tratos na Educação Infantil do Município de Barão. Após a afirmação da Assessoria Jurídica de que não é preciso um terço dos vereadores para solicitar a comissão, Laudir diz que se houverem duas comissões é preciso que ao final as duas sejam convergentes. É preciso deixar claro que a CPI tem poder de polícia. Claudir também lembra da CPI realizada da obra de Linha Francesa. Pedro Gilson assina junto o requerimento de comissão de acompanhamento. Atenta para o fato que a comissão de acompanhamento possa acompanhar o processo do Executivo e também a CPI. Foi lido também o requerimento 8 que requerem a constituição de uma Comissão Especial para acompanhar o Processo Administrativo em relação aos supostos maus tratos na Educação Infantil do Município. Mário comenta que inclusive haverá vereador que será inquirido na CPI por afirmar que já sabia dos fatos antes da denúncia. Enquanto os requerimentos estão sendo ajustados, Bernardino diz que o monitoramento é uma consequência da tecnologia, poderia dizer que os primeiros vereadores que colocaram emendas em monitoramento foram ele e o Felipe. Fato irrelevante uma vez que é preciso primar pelo bem comum. Pedro Gilson comenta que o fato levantado pela vereadora Kuki, fora do microfone, de que o prefeito sabia e não fez nada, pode ser pauta da CPI. Inclusive a situação de que mais gente sabia e não fez nada. Luciano questiona se alguém faria uma denúncia sem ter de provar, comenta que na campanha escuta muita coisa das pessoas e que não deve ser jogado ao vento. Houve uma calorosa discussão sobre a possibilidade da mãe se pronunciar na Sessão ou não. Houve uma manifestação da mãe de uma das crianças envolvidas, que expressou sua indignação com a falta de consideração e de ação por parte da Administração. Pedro Gilson diz que a Comissão do Legislativo vai acompanhar o que está sendo feito. Ambos os requerimentos foram aprovados por unanimidade, sendo assim foram aprovadas a CPI e também a Comissão Especial de Acompanhamento. Por aclamação foram escolhidos os vereadores Mário, Bernardino e Pedro Gilson para a Comissão de Acompanhamento com o vereador Laudir de suplente. E para a CPI, também por aclamação forma escolhidos os vereadores Claudir, Luciano e Jucelaine com o vereador Bernardino de suplente. Pedro



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
BARÃO - RS**

Gilson solicita que a Comissão possa acompanhar ao máximo possível o trabalho do Executivo. Assim que a Resolução for publicada as Comissões iniciam seus trabalhos. O Presidente informa que no dia 23 de setembro de 2024, as 17 horas acontecerá Audiência Pública de análise das metas fiscais referente ao segundo quadrimestre de 2024. Nas considerações finais Bernardino analisa o que é contraturno e o que é terceirização, diz ter dúvidas e questiona se os problemas aconteceram no contraturno ou na prestação de serviços. O contraturno pode ser administrado por uma empresa. Solicita ao Executivo o que efetivamente está sendo terceirizado na educação e como estão sendo contratados os professores, se existe alguma gerência do Executivo nas contratações dos professores para o contraturno e para a escola Recanto Infantil. Diz que passou anos pedindo concurso público e agora recebe a notícia que o concurso que vai ser realizado é para cadastro reserva. Pedro Gilson complementa dizendo que a creche de Linha Francesa são os próprios pais, é uma associação formada pelos pais. Claudir elogia o sistema que está sendo utilizado. Bernardino diz que não abriu o assunto para discussão. Solicitou também uma manifestação da Corsan diante do fechamento do posto de atendimento do município, gostaria que o pedido fosse assinado por todos os vereadores. Diz que Educação é o caminho, educação é tudo. Laudir cumprimenta a todos e diz que não se deve generalizar a educação por fatos isolados. O município tem uma história na educação e a mesma deve ser respeitada. Endossa o pedido referente a Corsan, acredita que é preciso ter um atendimento mais perto do município. Claudir agradece a presença de todos e diz ser muito importante a participação do povo. Comenta sobre uma Lei de sua autoria que obrigou as instituições financeiras a colocarem monitoramento, desde então se entendeu a importância do monitoramento. Diz que fez várias emendas em prol da educação, gostaria que os professores incentivassem mais os alunos a se formarem professores, pois no futuro estaremos carentes de profissionais. Deseja a todos uma boa semana. Sendo o que constava na pauta, o Presidente agradeceu a presença de todos declarando encerrada a de Sessão Ordinária do dia 16 de setembro de 2024. Assim sendo, lavro esta ata após lida e aprovada será assinada pelos vereadores presentes na aprovação da mesma.

Mário Cesar Ajala
Presidente

Claudir Antônio Ludwig
Vice Presidente

Laudir Abel
Vereador

Jucelaine Poersch
Segunda Secretária

Ademar Gauger
Vereador

Bernardino Scuttá
Vereador

Pedro Gilson Jahn
Vereador

Luciano Ricardo Sandrin
Vereador

Ademar Bourscheid
Vereador